



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO/
CIÊNCIAS DA NATUREZA**



VANDERLENE COSTA ARAGÃO

**PRINCÍPIO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FUNDAMENTOS FREIREANOS**

**PICOS
2023**

VANDERLENE COSTA ARAGÃO

**PRINCÍPIO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FUNDAMENTOS FREIREANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros como requisito à obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo.

Orientador: Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais

PICOS

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

A659p Aragão, Vanderlene Costa

Princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável : fundamentos freirianos [recurso eletrônico] / Vanderlene Costa Aragão - 2023.
30 f.

1 Arquivo em PDF

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em Educação do Campo, Picos, 2023.
“Orientador: Dr. Gardner de Andrade de Arrais”

1. Educação do Campo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Princípio pedagógico. 4. Fundamentos teóricos – Paulo Freire. I. Aragão, Vanderlene Costa. II. Título.

CDD 378

VANDERLENE COSTA ARAGÃO

**PRINCÍPIO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FUNDAMENTOS FREIREANOS**

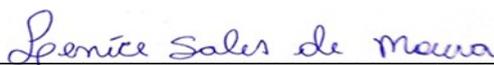
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo, área Ciências da Natureza, pela Universidade Federal do Piauí, *campus* Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais

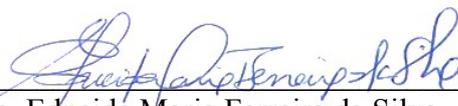
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais – Orientador(a)
Universidade Federal do Piauí - UFPI



Profa. Me. Lenice Sales de Moura – Membro 1
Secretaria Municipal de Educação de Picos - SEME



Profa. Dra. Edneide Maria Ferreira da Silva - Membro 2
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Aprovado em 20/04/2023.

Dedico este trabalho ao meu filho, Rafael Aragão Azevedo e ao meu companheiro de vida, Isaías Azevedo. Sempre vai ser por vocês e para vocês.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta etapa tão importante em minha vida, nada mais justo que agradecer a todos que estiveram ao meu lado e me ajudaram a concretizar este sonho.

Primeiramente, à Deus, por guiar as minhas escolhas e me conceder força, coragem e persistência para realizar os sonhos que me atrevo a sonhar. Ele nunca me desampara e me faz acreditar que é possível trilhar caminhos inundados pelo amor e esperança, e ter certeza que dias melhores virão.

Ao meu amor, Isaiás Azevedo, por toda a paciência, companheirismo e colaboração que teve durante todo esse percurso que não foi fácil, pelos sonhos acordada, por acreditar muito em mim e por me fazer acreditar que o amanhã sempre pode ser melhor. Eu amo você!

Ao meu filho, Rafael, que me trouxe força e determinação para continuar na caminhada. Sempre vai ser por você meu amor!

Aos meus pais, Lucineide e Evaldo. Vocês foram os responsáveis por minha existência e mesmo com as eventualidades que a vida nos proporciona, sempre me ensinaram a importância de estudar, mesmo diante das circunstâncias da vida, os admiro e respeito.

Às minhas irmãs, em especial Vanderluce, Vitória e Valéria, pois foram importantes na minha formação. Deixavam os afazeres de lado para me ajudar, dando-me força para continuar nesta caminhada.

À minha sogra, Dona Nicanor, obrigada pelo acolhimento quando mais precisei. Obrigada por ter me dado conforto e amparo.

Às minhas amigas e companheiras de caminhada, Jaíres, Raislene, Samyra e Vanessa, que estiveram ao meu lado, proporcionando momentos de alegria, dividindo e trazendo leveza aos momentos de tristeza. Nossa amizade começou na Universidade, mas com certeza perdurará por todos os dias de nossas vidas. Jamais esquecerei dos momentos compartilhados, das conversas e o quanto nossa amizade é importante. Vocês acompanharam meu desenvolvimento acadêmico, com reflexão e aprendizado. Vocês são incríveis. Adoro vocês!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais, pelo acolhimento, paciência, compreensão, sensibilidade, ensinamentos e orientações, confiança e pelo privilégio de conviver com um ser humano ímpar, crítico e comprometido com a Educação e por oportunizar meu aprendizado na vida acadêmica e profissional. Muito obrigada por ser tão humano. Sentirei saudades de você.

Ao Núcleo de Assistência Estudantil - NAE pelo apoio financeiro.

Enfim, às pessoas que estão presentes em minha vida e que fazem parte do meu crescimento profissional e individual, me tornando um ser humano melhor. Essa conquista é nossa!

Agradeço imensamente aos que aplaudiram minha vitória e me deram coragem para continuar a caminhada.

Gratidão.

“As penas são da natureza, enquanto estão nos pássaros. Depois que o homem mata o pássaro, tira suas penas, e transforma elas com o trabalho, já não são natureza. São cultura.” – Resposta dada nos Círculos de Cultura, presente na 3ª situação, “Caçador iletrado”, no apêndice do livro *Educação como Prática da Liberdade*. (FREIRE, 2006, p. 136).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objeto de estudo um princípio pedagógico da Educação do Campo. O objetivo geral desta pesquisa foi identificar fundamentos teóricos, em obras de Paulo Freire, para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável. Para alcançar o objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável; apontar a importância da Educação do Campo como estratégia para a transformação da sociedade; demonstrar a relação intrínseca do projeto de Educação do Campo com a proposta de educação problematizadora/libertadora de Paulo Freire. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, utilizando como referencial principal obras de Freire (2003, 2006), respectivamente “Educação e Atualidade Brasileira” e “Educação como Prática da Liberdade”. A teoria de Freire aponta elementos essenciais para fundamentar o princípio analisado, tais como: relação opressor-oprimido, realidade, educação libertadora, conscientização, dentre outros. Concluímos que os escritos de Freire são fundamentos essenciais para a Educação do Campo e para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável, especialmente ao analisar as relações entre homem e sociedade e a importância de uma educação problematizadora, relacionada à realidade dos sujeitos, considerando os homens como protagonistas da história e responsáveis pela transformação das formas de opressão, que no Brasil são representadas pelo latifúndio. O homem do campo é capaz de pensar e gestar novas maneiras de lidar com a natureza, de modo sustentável, em seus lugares e compreendendo a totalidade em que se inserem.

Palavras-chave: Educação do Campo. Princípio. Desenvolvimento Sustentável. Paulo Freire.

ABSTRACT

This course completion work has as its object of study a pedagogical principle of Rural Education. The general objective of this research was to identify theoretical foundations, in Paulo Freire's works, for the pedagogical principle of education as a strategy for sustainable development. To achieve the general objective, the following specific objectives were outlined: to understand the pedagogical principle of education as a sustainable development strategy; point out the importance of Rural Education as a strategy for transforming society; to demonstrate the intrinsic relationship of the Rural Education project with Paulo Freire's problematizing/liberating education proposal. This is a bibliographical research, with a qualitative approach, using as main reference works by Freire (2003, 2006), respectively “Educação e Atualidade Brasileira” and “Educação como Prática da Liberdade”. Freire's theory points out essential elements to support the analyzed principle, such as: oppressor-oppressed relationship, reality, liberating education, awareness, among others. We conclude that Freire's writings are essential foundations for Rural Education and for the pedagogical principle of education as a sustainable development strategy, especially when analyzing the relationship between man and society and the importance of a problematizing education, related to the reality of the subjects, considering men as protagonists of history and responsible for the transformation of forms of oppression, which in Brazil are represented by the latifúndia. Country people are capable of thinking and developing new ways of dealing with nature, in a sustainable way, in their places and understanding the totality in which they are inserted.

Keywords: Rural Education. Principle. Sustainable development. Paulo Freire.

LISTA DE ABREVIATURAS

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	15
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
3.1 Contexto Histórico da Educação do Campo	16
3.2 Princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável: em busca de fundamentos freireanos	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por tema o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável e situa-se no âmbito dos estudos sobre Educação do Campo. É resultante de pesquisa desenvolvida nos anos de 2020 e 2021, no âmbito da Universidade Federal do Piauí, intitulada *Princípios e modos de pensar a educação do campo a partir da teoria de Paulo Freire*¹, que partiu da seguinte problemática de pesquisa: que fundamentos teóricos pode oferecer a teoria de Paulo Freire para alguns princípios e modos de pensar a Educação do Campo?

Neste trabalho, procurou-se responder a seguinte questão de pesquisa: que fundamentos pode oferecer a teoria de Paulo Freire para a Educação do Campo na perspectiva do desenvolvimento sustentável? E, para respondê-la foram analisadas as obras de Paulo Freire: *Educação e Atualidade Brasileira* (2003) e *Educação como Prática da Liberdade* (2006). Estas obras foram escolhidas considerando sua vinculação com os princípios da Educação do Campo, especialmente, a concepção democrática de educação.

Nessa direção, é importante desenvolvermos alguns conceitos iniciais. De acordo com o Dicionário de Filosofia (ABBAGNANO, 1998) princípio é o ponto de partida e fundamento de um processo qualquer. Quando aplicado ao campo pedagógico indica aquilo que embasa o pensamento e as práticas educativas. Nesse sentido, e no contexto específico da Educação do Campo, partimos da ideia de que existem alguns princípios para a práxis educativa voltada aos sujeitos do campo, dentre eles o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável. Os princípios pedagógicos da Educação do Campo conformam a base que sustenta e orienta esse projeto, apontando um modo de fazer e de pensar a educação.

Outro conceito é Educação do Campo, um movimento ou projeto amplo de formação do sujeito do campo, gestado por meio de ações e reflexões em torno dos direitos e das necessidades de educação no meio rural, que geram políticas públicas destinadas a estas populações. Trabalha com base na cultura campestre, visando a emancipação e humanização dos sujeitos. Para Caldart (2011) esse modelo de educação nasceu vinculado aos trabalhadores do campo, dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra a situação de opressão em que se encontravam, ampliando o olhar para o conjunto dos sujeitos do campo.

1 Coordenado pelo Prof. Dr. Gardner de Andrade Arrais e cadastrado como Iniciação Científica, na UFPI.

Caldart (2004, p. 14) afirma que a Educação do Campo possui três referenciais prioritários: a tradição do pensamento socialista; a Pedagogia do Oprimido e as experiências de Educação Popular; e a Pedagogia do Movimento. A teoria freireana constitui, portanto, um dos principais fundamentos teóricos da Educação do Campo, cuja base é a práxis educativa e a compreensão da realidade é a chave para a conscientização dos sujeitos. Para Freire (1987) a realidade é construída historicamente, sendo passível de mudança, nega-se assim o determinismo de uma realidade estática, pronta, imutável. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos sujeitos do campo, em todas as suas dimensões: social, ambiental, cultural, econômica, ética e política.

Considerando os conceitos anteriormente desenvolvidos, o objetivo geral desta pesquisa foi de identificar fundamentos teóricos, em obras de Paulo Freire, para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável. Para alcançar o objetivo geral foram delineados os seguintes objetivos específicos: compreender o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável; apontar a importância da Educação do Campo como estratégia para a transformação da sociedade; demonstrar a relação intrínseca do projeto de Educação do Campo com a proposta de educação problematizadora/libertadora de Paulo Freire.

Tendo como base os objetivos e as concepções, o presente trabalho justifica-se pela necessidade de estudo dos fundamentos teóricos da Educação do Campo, considerando que esta pensa um projeto de desenvolvimento sustentável pela via da educação. Nesse sentido, considera-se que a questão da sustentabilidade é uma questão interdisciplinar e multifacetada, que deve constituir base de qualquer projeto de educação, no caminho de superação dos modos de produção da vida hegemonicamente instituídos, que têm demonstrado insuficiência frente aos desafios da atualidade.

A ideia do desenvolvimento sustentável é a base para uma perspectiva de vida com qualidade e duradoura, não só para os seres existentes no planeta como também para as gerações futuras. Com o passar dos anos e sob as grandes necessidades de produção humana, bem como das tecnologias, que afetaram a vida das pessoas, o meio ambiente foi sendo gradativamente degradado e destruído pela ganância descontrolada do homem moderno, que colocou o consumo no centro das relações.

Atualmente, a ideia de sustentabilidade é constituída de três principais pilares: o social, o econômico e o ambiental. Eles estão relacionados entre si e têm aspectos comuns.

Assim, a sociedade, a economia e o meio ambiente devem coexistir, sem que um se sobreponha ao outro. Sendo assim, o objetivo da educação para o desenvolvimento sustentável é construir nas pessoas a consciência dos problemas ambientais e estimulá-las a tentar buscar soluções para estes problemas. (ALENCAR, 2015).

Entendida a importância da sustentabilidade, buscamos em Paulo Freire fundamentos para o princípio em análise. A obra *Educação e Atualidade Brasileira* traz a relação entre a educação e os problemas sociais da época em que foi escrito, tendo como eixo de discussão a antinomia entre a “inexperiência democrática e a participação do homem na vida pública do país”. Freire destaca como princípios para a educação a ação dialógica, a organicidade da educação, o contexto histórico social, a práxis e a criticidade.

Em *Educação como Prática da Liberdade*, Freire apresenta o que ele chama de "ensaio", em que propõe algumas linhas mestras educação e métodos de ensino. A grande preocupação de Paulo Freire é a mesma de toda pedagogia moderna: "uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política" (FREIRE, 2006, p. 20). No livro, Freire (2003) enfatiza a ideia de processo educativo como ato político, desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social, desde seus sujeitos concretos, no seu contexto social em um tempo histórico, sem esquecer de considerar que antes de tudo o que se busca é a formação de seres humanos.

O referencial teórico do presente trabalho reflete sobre a educação, suas concepções e sua influência na formação do sujeito do campo, como também empreende discussões acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. É constituído dos escritos de Alencar (2015), que aborda os princípios pedagógicos da Educação do Campo; Arroyo, Caldart e Molina (2011), que tratam da Educação do Campo; Borges e Silva (2012), que trazem reflexões sobre Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico; Loureiro (2012), traz reflexões sobre Sustentabilidade e Educação; Henriques (2007), que trata do paradigma da Educação do Campo; além das obras de Freire, anteriormente citadas.

O texto está dividido em quatro seções: esta introdução, que apresenta o objeto de pesquisa, os objetivos e o referencial teórico. Em seguida, são descritas as escolhas metodológicas. Na terceira seção encontram-se os resultados e discussão, onde se desenvolvem as análises dos fundamentos freireanos para o princípio escolhido. Por fim, as conclusões estão na última seção.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa é de abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (1994, p. 21), cuida de “[...] questões muito particulares e trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. No caso deste estudo bibliográfico, a busca é por fundamentos teóricos em duas obras de Paulo Freire – *Educação e Atualidade Brasileira (2003)* e *Educação como Prática da Liberdade (2006)* – para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável, que orienta o pensamento e a ação na Educação do Campo.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Severino (2007, p.122) “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos, teses e etc.” Utilizaremos como base de dados os dois livros de Freire supracitados e escritos que tratam dos princípios da Educação do Campo, com o intuito de estabelecer relações entre eles. Outras referências também foram estudadas, a fim de elucidar conceitos importantes para a discussão.

Foram desenvolvidas as seguintes ações para atingir os objetivos de pesquisa: a) Estudos de conteúdos referentes à temática com a realização de pesquisas, a fim de aprofundar conhecimento e analisar criticamente os achados; b) Leitura e organização dos dados produzidos, sobre os princípios pedagógicos da Educação do Campo; c) leitura dos livros de Paulo Freire: *Educação e Atualidade Brasileira (2003)* e *Educação como Prática da Liberdade (2006)*; d) Preparação de instrumentos para organização dos dados levantados, como fichamento e síntese dos livros; e) análise com cruzamento dos dados – sobre o princípio pedagógico da Educação como estratégia do desenvolvimento sustentável no processo educativo na Educação do Campo e a teoria de Paulo Freire – e sistematização da produção escrita.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Contexto Histórico da Educação do Campo

A história da Educação do Campo está relacionada com a luta e conquista de políticas públicas de educação para as populações camponesas. A partir da década de 1990 iniciou-se a construção da proposta de Educação do Campo. Destacam-se nesse momento as ações educativas do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para dizer que no campo há conhecimento, cultura, saberes, sujeitos que trabalham, produzem e constituem modos de vida, justamente para contrapor a concepção de educação rural, afirmando que o campo tem direito à educação e de qualidade. O campo não é só espaço da produção agrícola; os camponeses devem ser respeitados em sua identidade própria, sua cultura, seu modo de vida, isto é, o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação. (HENRIQUES *et al.*, 2007).

De acordo com Caldart:

Nasceu primeiro como *Educação Básica do Campo*, no contexto de preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do campo, realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Passou a ser chamada *Educação do Campo* a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão posteriormente reafirmada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004. (CALDART, 2012, p. 259-260).

Um dos marcos importantes dessa luta é a II Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, onde o tema das políticas públicas ganha caráter central se consolidando com a expressão “Educação do Campo: direito nosso, dever do estado!” (CALDART, 2012, p. 262).

O conceito de Educação do Campo foi formulado a partir da iniciativa de movimentos populares do campo, que começaram a pressionar o estado por políticas públicas específicas para as populações não urbanas. (HENRIQUES *et al.*, 2007). As famílias que foram chegando aos acampamentos desde a década de 1980 passaram a entender que não bastava só lutar por terra, para poder plantar, para sobreviver, era preciso lutar por políticas públicas fundamentais para o desenvolvimento dos territórios. Foi assim que grupos que viviam *no* e *do* campo contribuíram para a efetivação da política e também para denunciar o fechamento de escolas no campo na década de 1990. (HENRIQUES *et al.*, 2007).

Ao contrário da educação rural, a Educação do Campo é proposta por diversos movimentos sociais ligados ao campo, por isso nasce de lutas sociais, de trabalhadores como

protagonistas e de sujeitos das ações pedagógicas. Desse modo, o campo não é somente o contrário de urbano, mas um lugar de inúmeras possibilidades. Partindo dessa premissa, a:

Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos. (CALDART, 2012, p. 265).

Ainda em relação à Educação do Campo, ela não é fruto de políticas educacionais verticais, construídas somente a partir de livros e aprovações em gabinetes, o que não significa dizer que ela não tenha fundamentação teórica. Seu conceito também não se alinha aos que veem o campo apenas como um lugar de negociações, estreitamente ligado às questões empresariais e fins lucrativos. De acordo com Caldart (2012, p. 264):

A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo).

A Educação do Campo surge como crítica a um modelo que não considera as especificidades desses sujeitos, sua cultura, seu lugar e historicidade. Diante disso, trata-se de projeto em construção, embasado em objetivos que garantam a emancipação e participação dos sujeitos vinculados a uma cultura, que se produz por meio de relações mediadas pelo trabalho, esse entendido como produção material e cultural de existência humana, de modo sustentável.

A educação no Brasil enfrentou e ainda enfrenta muitos problemas, que são consequência de seu processo de formação histórica. Como não poderia ser diferente da realidade educacional histórica do país, estruturada sobre bases latifundiárias, de exploração e exclusão da população camponesa, a trajetória da educação oferecida a essa população foi marcada pela precariedade e atraso. Desde o início da história a educação se sucedeu de forma excludente e tem reflexos na atualidade.

Um dos enfrentamentos é o da emigração causada pela industrialização brasileira, em que a população rural começou a sair do campo para as cidades, diante disso a educação rural começou a ser pensada numa tentativa de manter essa população no campo, pois a elite agrária precisava de trabalhadores. Em todos os períodos a elite agrária buscava medidas para permanecer hegemônica. (FREIRE, 2003).

Em contraposição ao modelo urbanocêntrico de educação, a proposta educativa do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), por exemplo, que foi criado no contexto de lutas dos movimentos sociais pelo direito à educação dos assentados da reforma agrária, apresenta-se como um modelo de superação do ensino formal em escolas do campo, uma vez que rompe com os modelos de ensino e de educação tradicionais, pois baseia-se em uma formação integrada, cujos princípios buscam a valorização da identidade do camponês e o seu reconhecimento como sujeito integrante da sociedade, portador de uma história e de uma cultura própria. (CALDART, 2012, p. 264).

Portanto, a Educação do/no Campo é uma conquista dos movimentos sociais que sempre lutaram por direitos iguais e justos, é uma educação que visa a emancipação, considerando toda a história de opressão daqueles que compõem a base da sociedade, que são os trabalhadores.

O projeto de Educação do Campo tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, insustentável, que segue oprimindo as camadas populares, invisibilizando as diferenças culturais, especialmente as produzidas localmente a partir da relação homem-natureza. Nesse sentido, a cultura e os modos de produção da vida locais devem ser conteúdo de ensino nas escolas do campo, pois, segundo Freire (2006), a classe opressora tem consciência que os oprimidos têm uma arma muito poderosa contra eles, que é a educação. Sendo assim, quanto mais o povo tem educação de qualidade, mais força e capacidade ele tem para lutar contra as formas de opressão.

3.2 Princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável: em busca de fundamentos freireanos

A relação entre o homem e a natureza vem sofrendo muitas modificações ao longo do tempo, o que tem gerado nos últimos anos significativa preocupação entre os ambientalistas, pesquisadores, estudiosos da área, entre outros.

Se considerarmos que é o homem que desfruta da natureza mais que qualquer outro ser vivo, poderíamos inferir que ele seria o grande interessado em protegê-la, porém a relação homem-natureza não tem se dado assim. Foi nesse contexto de profunda transformação da relação homem-natureza, caracterizada pela exagerada exploração dos recursos naturais, que surgiu a necessidade de preservar e conservar esses recursos, ressignificando a forma como o homem a trata. Nesse contexto, um conjunto de conhecimentos foi sistematizado no que se

convencionou denominar Educação Ambiental e desde então vem sendo incorporado na própria prática social, com o intuito de que sejam tomadas medidas para amenizar os impactos sobre a natureza, embora não tenha ainda surtido o efeito esperado.

Na perspectiva de Paulo Freire a questão é abordada mais pelo viés social, apontando que se faz necessária uma discussão em relação aos vários problemas sociais, que por sua vez estão atrelados ao desenvolvimento sustentável. Nessa direção, Alencar (2015, p. 61) afirma que “[...] não há como discutir sustentabilidade desatrelada das questões sociais, econômicas, políticas e em relação ao meio ambiente”.

A relação sociedade-natureza, ao longo do processo histórico, tem se desenvolvido por meio de processos de exploração, nos quais a primeira se apropria da segunda, buscando subsidiar suas satisfações, necessidades e impulsos. Os embates ideológicos conduziram ao termo “desenvolvimento sustentável”, que segundo Loureiro (2012) não seria entendido como conceito, devido a sua contradição semântica e ideológica, pois para o autor se trata de:

[...] um conceito que explica tudo e nada ao mesmo tempo, que serve a todos como se estes estivessem interessados nas mesmas coisas. Convenhamos, um conceito sem capacidade explicativa, heurística, definitivamente não é um conceito, apenas um aglomerado de ideias e princípios que pragmaticamente pode ser apropriado para qualquer fim, desde que resolva o problema de quem se utiliza. (p. 64).

É um conceito que se desenvolveu nas últimas décadas, sobretudo diante da escassez de recursos materiais e dos impactos ambientais que a exploração da atividade econômica vem provocando em todo o mundo, em razão da falta de planejamento para o seu uso consciente e da falta de políticas públicas de incentivo para a utilização de métodos e práticas menos predatórias. Em todo o mundo há situações que deveriam ser evitadas, mas a ideia do crescimento econômico, a qualquer preço, a pouca ou ausente preocupação com o impacto ambiental e os motivos que possibilitaram a ação do homem para que tais fatos acontecessem, leva ao questionamento sobre as reais necessidades do homem, da sua ação sobre o meio e a natureza, sem qualquer visão de futuro ou planejamento, dos efeitos de seus atos e de como a educação pode interferir positivamente, visando a atuação mais ética e solidária do homem.

A civilização industrial passou a dispor da natureza de forma muito intensa, o que levou a resultados positivos e negativos. As cidades dos países industrializados cresceram e a agricultura modernizou-se, o que viabilizou o abastecimento de produtos para esta população. Parte das pessoas passou a ter acesso a bens de consumo, tais como eletrodomésticos, automóveis, entre outras coisas. Entretanto, este avanço significou também um aumento da

poluição atmosférica e dos recursos hídricos, ocasionada por desmatamentos e queimadas. Especificamente, nas áreas da agricultura e pecuária, o uso de insumos químicos, fertilizantes, agrotóxicos e outros produtos perigosos para a saúde humana e para o meio ambiente, levaram a uma exploração generalizada, excessiva e ao desgaste dos ecossistemas em todo o mundo (CALDART, 2011).

Essa realidade trouxe a necessidade de uma educação capaz de transformar a realidade por meio da construção do pensamento crítico, que advirta o homem, segundo Freire (2006, p. 97-98), “dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição de seu próprio ‘eu’, submetido às prescrições alheias”. Nessa direção, render-se a cultura do seu tempo não se trata apenas de uma tentação, trata-se sobremaneira de manter-se incluído no sistema. Dessa forma, Freire (2006) indica que vivemos a ilusão da escolha, que achamos ter o poder de definir o que precisamos, o que seremos, quando na verdade estamos seguindo comportamentos que nos são impostos pelas convenções, que por sua vez são ditados por uma pequena porcentagem de pessoas que detêm a posse de grande parte dos meios de produção. Esse movimento conduz a tentativa de homogeneização das culturas, com o intuito de diminuir a força local, das comunidades.

Nessa direção, é preciso compreender que nossa sociedade é dividida entre os que pensam e os que fazem, os primeiros são os que mandam, os demais obedecem. Para reafirmar isso Freire aponta que:

A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. (FREIRE, 2006, p. 20).

Essa divisão é uma das expressões do capitalismo, que em nosso país é representado pelo latifúndio como instância de poder, que mantém a dicotomia entre opressores e oprimidos na estrutura social vigente. Esse sistema sustenta-se sobre a exploração predatória do ambiente e da força de trabalho das populações camponesas. Entretanto, o rumo da história é passível de mudança, inclusive na estrutura social.

Segundo Freire (2006), todas essas questões (estruturais) convergem para a intensificação das desigualdades sociais, econômicas e ambientais que estamos enfrentando hoje, o que produz uma sociedade fechada:

Exportadora de matérias-primas. Crescendo para fora. Predatória. Sociedade reflexa

na sua economia. Reflexa na sua cultura. Por isso alienada. Objeto e não sujeito de si mesma. Sem povo. Antidualgal, dificultando a modalidade social vertical ascendente. Sem vida urbana ou com precária vida urbana. Com alarmantes índices de analfabetismo, ainda hoje persistentes. Atrasada. Comandada por uma elite superposta a seu mundo, ao invés de com ele integrada. (FREIRE, 2006, p. 56-57).

Em uma sociedade fechada não é possível que haja a transformação e emancipação dos sujeitos. Portanto, é preciso pensar e transformar as bases das relações que se estabelecem, opressoras, a fim de abrir as possibilidades de mudança.

Para essa finalidade, Freire (2006) indica que a educação é a principal arma para libertação do povo, sendo aprendida como ação política. Nesse sentido, o primeiro passo da emancipação está em se reconhecer dentro do sistema de classes, o que não acontece individualmente, mas coletivamente (FREIRE, 2006). Está aí a força das comunidades do campo, que ao tomar consciência de seu lugar de oprimidos, coletivamente produz formas de enfrentamento aos fatores de opressão.

No transcurso da história, na medida em que se organizam as sociedades, o “homem simples”, como denomina Freire, vai ajustando-se a um sistema injusto, que sorrateiramente, e muitas vezes, em nome da cidadania e da igualdade, vai manipulando cada vez mais a “imersão” deste na “cultura do silêncio” (FREIRE, 1987), e assim a “falsa generosidade” se instaura, onde “a ‘ordem’ social injusta é fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1987, p. 17).

O opressor camuflado na farsa de defensor do oprimido faz do próprio ato de oprimir matéria de sua subsistência, criando entre este e ele um vínculo de dependência/dominação, dando a ilusória impressão de que ao estabelecer normas ou regras a serem cumpridas, em nome da “ordem” social e da tutela dos direitos, é ele um protetor ou zelador destes mesmos direitos. Como afirma Freire, “os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça” (FREIRE, 1987, p. 17).

É, portanto, na luta contra a opressão esmagadora, que Freire formula uma educação das classes oprimidas, dando voz aos demitidos da história, pois na medida em que denuncia o opressor, ele encoraja o oprimido a que, através do posicionamento crítico, supere a opressão. Não é raro encontrar na teoria de Freire os termos, alienação, massificação, desumanização, domesticação. Todos esses termos são utilizados com uma única finalidade: referir-se à forma como são tratadas as classes sociais desfavorecidas. Nesse sentido, afirma:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o

significado terrível de uma sociedade opressora? Quem, sentirá melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, melhor que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta, que pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da generosidade [...] (FREIRE, 1987, p. 17).

Em nossa história predominam as relações de opressão, o que não significa dizer que aos oprimidos reste apenas a opção de seguir permitindo-se domesticar, alienar e desumanizar. Cabe aos oprimidos levantarem-se contra tais forças opressoras em busca da sua liberdade; por uma “Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (FREIRE, 2006, p. 44). Ou permanecer de braços cruzados consentindo toda sorte de abuso, melhor dizendo, ajustando-se a um sistema injusto, continuar “sendo expulso da órbita das decisões” (FREIRE, 2006, p. 51).

Porém é sabido que para conquistar a autonomia em tal situação de condicionamento o indivíduo precisa passar por um processo de conscientização, o qual se dá por meio de uma educação libertadora, pois é um dos pilares no qual se fundamenta o pensamento freireano - educação esta que o autor, em sua Pedagogia do Oprimido, chama de educação autêntica, sobre a qual ele faz uma importante observação, argumentando que “a educação autêntica não se faz de ‘A’ para ‘B’ nem de ‘A’ sobre ‘B’, mas de ‘A’ com ‘B’” (1987, p. 48). Ele completa ainda que “sem esta interação o processo se faz inorgânico, superposto e inoperante”. (FREIRE, 2003, p. 11).

A sociedade aberta pensada por Freire, ou seja, na perspectiva democrática, requer que o homem assuma seu lugar de sujeito frente à realidade que o oprime, reconhecendo os valores e potencialidades de sua própria cultura que possam contribuir para a transformação da sociedade. Segundo Freire, “Se há um saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático” (FREIRE 2003, p.15). Sendo assim uma sociedade democrática, em que os sujeitos rompem com a estrutura hegemônica, dizendo a sua palavra. Precisamos urgentemente aprender sobre democracia, pois de acordo com Freire:

Cada vez mais nos convencíamos ontem e nos convencemos hoje, de que o homem brasileiro tem que ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Vivendo essa responsabilidade. Participando. Atuando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola de seu filho. Nos destinos de seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhar ingerência na vida de seu bairro. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações, em clubes, em sociedades beneficentes. Assim, não há dúvida, iria o homem brasileiro aprendendo democracia

mais rapidamente. Assim é que conseguiríamos introjetar no homem brasileiro o sentido de nosso desenvolvimento econômico, fazendo-o, desta forma, participante desse processo e não apenas espectador dele. (FREIRE, 2003, p.15).

Atualmente, a maioria dos problemas que atingem a humanidade tem origem no tipo de desenvolvimento que levou à falta de oportunidades sociais, desemprego, discriminação racial e sexual, enfraquecimento e descaracterização do poder público e a corrupção. Além desses, destacam-se ainda as alterações no clima, a poluição atmosférica, da água, escassez de água potável, esgotamento dos solos, alterações das paisagens, perda da biodiversidade, aglomerações das habitações populares, crescimento das favelas e da violência urbana, entre outros. Tudo isso se configura numa situação de desequilíbrio ambiental.

Para enfrentamento desses problemas, a Lei N° 9.795/1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, aponta o seguinte conceito:

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

No Brasil, o princípio da preservação ambiental é contemplado no art. 225 da Constituição Federal, quando ali se prescreve ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Conceituar Educação Ambiental é algo complicado, pois muitas vezes acaba vigorando somente aquela concepção que envolve a análise do meio ambiente em sua vertente biológica. No entanto, as intervenções humanas em seus contextos carecem de uma educação para a mudança, “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 2006, p. 96). Só conseguiremos transformar a realidade por meio da educação. Essa utopia só será possível por meio de uma educação crítica, que se ocupe com a transformação e emancipação dos sujeitos.

Educação como prática de liberdade é, assim, o movimento contra hegemônico de produção de saberes, que denuncia a luta de classes, que no sentido freireano, pronuncia o mundo para poder modificá-lo, que possibilita ao indivíduo desenvolver a consciência real sobre as relações que os oprimem. Ou seja, é uma educação na perspectiva de transformação social. Para Freire, “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio” (FREIRE, 2006, p. 43).

Um dos elementos para compreensão deste modelo é entender as relações do local com a totalidade. É pela existência de uma diversidade muito grande de culturas que precisamos de políticas educacionais específicas, pois uma educação homogênea não atenderá às necessidades das diferentes identidades dos sujeitos. Nesse sentido, precisamos de escolas nas comunidades, de modo que:

O seu enraizamento nas condições locais e regionais, sem esquecer os aspectos nacionais, é que possibilitará o seu trabalho de identificar seu educando com o seu tempo e o seu espaço. E isto porque a sua programação será a própria vida comunitária local, tanto quanto possível trazida para dentro da escola, como pesquisada e conhecida fora dela. (FREIRE, 2003, p. 84).

Caminhando na direção de uma Educação para o desenvolvimento sustentável, Alencar (2015, p. 59), acrescente, em referência ao documento “Referências para uma Política Nacional de Educação para o campo”, afirma que:

A educação em relação ao desenvolvimento sustentável deve ser pensada a partir da ideia de que o local pode ser reinventado através de suas potencialidades. Mas para isso há de se revitalizar a importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas e das comunidades onde vivem.

Nesse sentido, para Alencar (2015, p. 59), pensar o desenvolvimento a partir da educação “é levar em conta aspectos da diversidade, da situação histórica de cada comunidade, e se sustentar por paradigmas da sustentabilidade que supõem novas relações entre pessoas e natureza, entre seres humanos e os demais seres do ecossistema”. Nessa direção é que a Educação do Campo, segundo Silva (2005, p. 39-41 *apud* BORGES e SILVA, 2012, p. 218) deve adotar “o princípio político de explicitar o papel da escola na construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável”. Nesse comenos, deve-se considerar, na elaboração do projeto de educação específico para o campo, a intrincada relação do homem do campo com a terra, com natureza, com o seu lugar, com a família e com a sua cultura.

Nas escolas do campo há predominância de uma educação que pouco se identifica com o campo e seus sujeitos, ou seja, é uma educação construída na perspectiva urbana, devido às exigências capitalistas, em que os indivíduos são formados para o mercado de trabalho, não respeita as diversidades, não valoriza os saberes tradicionais, incentiva o uso do agrotóxico e visa somente o lucro. Nesse sentido, constitui um ambiente que pouco ou nada dialoga com a realidade dos sujeitos.

Um outro princípio da Educação do Campo é o respeito à cultura dos camponeses, portanto, a educação desenvolvida nas escolas do campo deve conduzir ao entendimento da realidade do campo, de modo que compreendam o seu lugar com a sua diversidade, com seus problemas, para que assim transformem o próprio lugar. Este direcionamento está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/1996, que destaca a importância de que a educação esteja vinculada à família e à participação social, que se relacionem os conteúdos recebidos na escola com a realidade a que se destina.

Segundo Arroyo, Caldart e Molina (2011), nesse contexto, desenha-se a importância de uma Educação no/do Campo, que surge como expectativa de uma proposta educativa que esteja entrelaçada a cultura, tempos e ritmos dos sujeitos do campo, em prol de uma sociedade justa que possa ser construída por todos e não imposta por poucos, uma sociedade na qual os cidadãos tenham voz e respeito mútuos. Ou seja, uma educação feita pelos sujeitos do campo, pensada com os povos do campo e vinculada ao campo. Esses sujeitos possuem relações muito intensas com a terra, construindo territorialidades particulares. Sobre isso, Freire (2003, p. 11) ressalta que “o homem não vive automaticamente enquanto não se acha integrado com a sua realidade. Criticamente integrado com ela. E que vive vida inautêntica enquanto se sente estrangeiro na sua realidade. Dolorosamente desintegrado dela. Alienado de sua cultura.”

Acrescente-se, segundo Henriques *et al.* (2007), que “os conceitos relacionados à diversidade complementam a educação do campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres do ecossistema”. Para reafirmar essa ideia, Silva (2005, p. 39-41 *apud* BORGES e SILVA, 2012, p. 218) diz que “a Educação para o desenvolvimento leva em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política, cultural, de equidade de gênero, étnica e intergeracional”. Mas para obtermos esse tipo de desenvolvimento, um dos objetivos primordiais dos currículos escolares voltados para a sustentabilidade ambiental deve ser a construção da noção de cidadania. Reorientar a educação para o desenvolvimento sustentável, além de contribuir para firmar essa noção, possibilita uma inter-relação entre as disciplinas tradicionais, o que contribui para o enfrentamento dos diversos problemas do mundo atual. É preciso entender que somos parte da natureza, pois somente assim será possível mudar nossas formas de sociabilidade com o outro, bem como não usar a natureza como “recurso” do capitalismo.

Freire (1987) estabelece uma relação entre a questão ambiental e a educação, a política, a pobreza, a saúde e a ética, reforçando a necessidade de aproveitar a experiência de

vida dos alunos para discutir problemas ligados à poluição, aos baixos níveis de bem estar das pessoas, dos lixões que conferem risco à saúde das populações. Ele concebe a escola como uma instituição que não transforma a sociedade, mas pode ajudar a formar sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo e de si mesmos. Para Henriques *et al.* (2007, p. 13):

[...] no paradigma da Educação do Campo, para o qual se pretende migrar, preconiza-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização de educação e da escola.

Necessitamos de escolas que sejam uma verdadeira comunidade de trabalho e de estudo, que nos instigue a aprendizagem, a enfrentar as dificuldades, a resolver questões. Ou seja, é dar condições para que o sujeito se desenvolva. Para reafirmar isso, Freire aponta que:

Somente uma escola centrada democraticamente no seu educando e na sua comunidade local, vivendo as suas circunstâncias, integrada com seus problemas, levará os seus estudantes a uma nova postura diante dos problemas de contexto. À intimidade com eles. A da pesquisa em vez de mera, perigosa e enfadonha repetição de trechos e de afirmações desconectadas das suas condições mesmas de vida. (FREIRE, 2003, p. 85).

Uma educação que se pretende problematizadora não se contenta com a condição existencial de nossa sociedade, alicerçada sobre a base de um modo produtivo não condizente com os princípios da sustentabilidade. Não aceita este contexto insustentável em que vivemos, mas lança o olhar crítico, e não o olhar abstrato ou isolado, parte de sua totalidade. Questiona, investiga as origens e as causas de seus fenômenos. Não se reduz ao plano das ideias, mas constitui-se prática social. (FREIRE, 2006).

Nesse sentido, a Educação do Campo é uma estratégia de desenvolvimento sustentável, pois ela pode contribuir para a emancipação humana, desmistificando a relação homem-natureza, melhorando a qualidade desta relação de forma transformadora, contribuindo assim para uma sociedade ambiental e politicamente alfabetizada, responsável pelo mundo que habita (ALENCAR, 2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando às considerações finais deste trabalho, é preciso resgatar o objetivo geral desta pesquisa, que foi identificar fundamentos teóricos, em obras de Paulo Freire, para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável. Partimos da ideia de que a sociedade atual está assentada sobre bases insustentáveis, com uma discrepância socioeconômica, onde a maioria tem os seus direitos sociais negados ou negligenciados pelo poder público e de que a educação tem um papel importantíssimo na luta por uma sociedade democrática.

A Educação do Campo, nesse contexto, é uma iniciativa contra hegemônica, que objetiva a superação dos modos de vida insustentáveis impostas pelo sistema capitalista, contra os quais uma educação para a emancipação é capaz de contribuir nesse sentido. A teoria de Freire é fundamento que contribui sobremaneira para a compreensão da proposta de Educação do Campo e seu papel na transformação social, na libertação dos oprimidos do campo.

As escolas do campo são importantes instituições de difusão de uma educação com vistas ao desenvolvimento sustentável, por inserirem-se em um projeto maior de transformação da sociedade, com a superação do modelo capitalista de desenvolvimento. Por meio da escola do campo questões éticas, ecológicas, econômicas, políticas, sociais, histórico-culturais e tecnológicas, necessárias para preparar os cidadãos como corresponsáveis na resolução de problemas ambientais e para outras transformações, no que se refere à superação das desigualdades sociais, da dominação da natureza e da degradação ambiental, poderão ser problematizadas e transformadas.

Concluimos que os escritos de Freire são fundamentos essenciais para a Educação do Campo e para o princípio pedagógico da educação como estratégia do desenvolvimento sustentável, especialmente ao analisar as relações entre homem e sociedade e a importância de uma educação problematizadora, relacionada à realidade dos sujeitos, considerando os homens como protagonistas da história e responsáveis também pela transformação das formas de opressão, que no Brasil são representadas pelo latifúndio. O homem do campo é capaz de pensar e gestar novas maneiras de lidar com a natureza, de modo sustentável, em seus lugares e compreendendo a totalidade em que se inserem.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. 21 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALENCAR, M. F. S. Princípios pedagógicos da educação do campo: caminho para o fortalecimento da escola do campo. **Ci. Tróp. Recife**, v. 39, n. 2, p. 41-72, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1567>>. Acesso em: 12 Mai. 2021.

ARROYO; M. G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BORGES, H. S.; SILVA, H. B. A Educação do Campo e a organização do trabalho pedagógico. *In*: GHEDIN, E. (Org.). **Educação do campo**: epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012. p. 207-236.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134. n. 248, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394_96.pdf> Acesso em: 12. Mai. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Presidência da república. Brasília, DF, 27 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: 14 Mai. 2021.

CALDART, R. S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p, 259-266. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>> Acesso em: 14 Mai. 2021.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.) **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. *In*: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5).

FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. 29. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

_____. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HENRIQUES, R.; *et al.* (Orgs.). **Educação do Campo**: diferenças mudando paradigmas. Ed. Brasília: Cadernos Secad, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da Ecologia Política. São Paulo: Cortez, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23^a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, VANDERLENE COSTA ARAGÃO, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação PRINCÍPIO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FUNDAMENTOS FREIREANOS, de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 17 de maio de 2023.



Assinatura



Assinatura